

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Parnaíba Transmissão e Participações S.A

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas 1

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais 6

Demonstrações dos resultados 8

Demonstrações dos resultados abrangentes 9

Demonstração das mutações do patrimônio líquido 10

Demonstrações dos fluxos de caixa 11

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas 12



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 9º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Parnaíba Transmissão e Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração do ativo contratual

Conforme divulgado na nota explicativa 3.3 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, as controladas da Companhia avaliam que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que as controladas da Companhia passem a ter um direito incondicional de receber caixa como contraprestação da obrigação de performance de construção. Conforme divulgado na nota explicativa 6, em 31 de dezembro de 2025, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R\$ 546.213 mil, no consolidado. O ativo contratual refere-se ao direito das controladas da Companhia à contraprestação em decorrência do serviço de construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo custo incorridos, margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita financeira pela remuneração dos ativos da concessão.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de construção das controladas da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, conforme divulgado na nota explicativa 3.3, requer o exercício de julgamento significativo, uma vez que a mensuração do progresso das controladas da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais, mão de obra e margens de lucros esperada bem como as projeções das receitas esperadas, o que requer estimativas do tempo de duração da fase de construção. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria.



**Shape the future
with confidence**

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros:

i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas e custos relacionados à execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pelas controladas da Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da alocação da contraprestação prevista nos contratos de concessão a cada uma das obrigações de performance; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos das controladas da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de insuficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como resultado destes procedimentos, identificamos ajuste de auditoria, indicando a necessidade de complemento do montante contabilizado como ativo contratual, sendo este ajuste não registrado pela diretoria tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo de contrato das controladas da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo contratual e das respectivas receitas de construção, assim como as divulgações nas notas explicativas 3.3 e 6 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.



**Shape the future
with confidence**

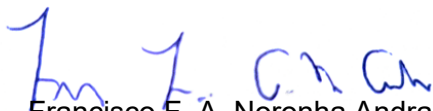
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de abril de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O


Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador CRC PE-026317/O

Parnaíba Transmissão e Participações S.A

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	135	1.529	16.214	9.011
Contas a receber de clientes	5	-	-	7.785	6.916
Tributos a recuperar		293	63	1.092	453
Estoques		-	-	1.087	771
Ativo contratual da concessão	6	-	-	42.321	38.885
Dividendos a receber	11	11.482	4.141	-	-
Despesas antecipadas		6	-	685	-
Outros ativos circulantes		6	26	381	1.639
Total do ativo circulante		11.922	5.759	69.565	57.675
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	7	9.387	8.988	13.528	14.361
Ativo contratual da concessão	6	-	-	503.892	472.775
Depósitos judiciais e cauções	15	-	-	166	207
Outros ativos não circulantes		-	-	190	190
Total do realizável a longo prazo		9.387	8.988	517.776	487.533
Investimentos	8	330.564	294.065	-	-
Imobilizado		-	-	234	74
Total do ativo não circulante		339.951	303.053	518.010	487.607
Total do ativo		351.873	308.812	587.575	545.282

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		34	25	1.249	1.269
Empréstimos e financiamentos	9	-	-	5.549	5.806
Debêntures	10	10.492	10.150	10.492	10.150
Obrigações tributárias		26	-	1.283	
Imposto de renda e contribuição social a pagar	14.1	-	20	820	564
Tributos indiretos diferidos	13	-	-	1.543	-
Dividendos a pagar	11	10.129	-	10.129	-
Provisão para contrato oneroso	12	-	-	5.700	5.175
Outros passivos circulantes		5	3	1.255	1.867
Total passivo circulante		20.686	10.198	38.020	24.831
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	9	-	-	122.113	127.438
Debêntures	10	147.230	147.181	147.230	147.181
Tributos indiretos diferidos	13	-	-	18.451	18.733
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.2	-	-	17.325	15.788
Provisão para contrato oneroso	12	-	-	60.161	59.553
Provisão para contingências	15	-	-	318	325
Total passivo não circulante		147.230	147.181	365.598	369.018
Patrimônio líquido					
Capital social	16	151.433	230.736	151.433	230.736
Reserva de lucros		32.524	-	32.524	-
Prejuízos acumulados		-	(79.303)	-	(79.303)
Total patrimônio líquido		183.957	151.433	183.957	151.433
Total passivo e do patrimônio líquido		351.873	308.812	587.575	545.282

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Parnaíba Transmissão e Participações S.A

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita de infraestrutura, operação e manutenção e outras, líquidas	17	-	-	11.200	11.630
Remuneração dos ativos da concessão, líquida	17	-	-	48.537	46.708
Receita operacional líquida	17	-	-	59.737	58.338
Custos dos bens construídos e serviços prestados	18	-	-	(10.394)	(14.583)
Lucro bruto			-	49.343	43.755
Despesas e receitas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	19	(188)	(99)	(3.190)	(3.069)
Resultado de equivalência patrimonial	8	58.947	23.020	-	-
Outras receitas operacionais	20	5	-	26.098	-
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos sobre o lucro		58.764	22.921	72.251	40.686
Despesas financeiras	21	(17.351)	(26.780)	(28.618)	(43.153)
Receitas financeiras	21	1.241	1.029	2.707	1.676
Resultado financeiro, líquido		(16.110)	(25.751)	(25.911)	(41.477)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		42.654	(2.830)	46.340	(791)
Imposto de renda e contribuição social corrente	14	-	-	(2.149)	(1.766)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	-	-	(1.537)	(273)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		42.654	(2.830)	42.654	(2.830)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	42.654	(2.830)	42.654	(2.830)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	42.654	(2.830)	42.654	(2.830)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Resultados acumulados	Total
Saldos em 31 dezembro 2023		38.572	-	-	(76.473)	-	(37.901)
Aumento de capital	16	192.164	-	-	-	-	192.164
Prejuízo do exercício		-	-	-	(2.830)	-	(2.830)
Saldos em 31 dezembro 2024		230.736	-	-	(79.303)	-	151.433
Redução de capital	16	(79.303)	-	-	79.303	-	-
Lucro líquido do exercício	16	-	-	-	-	42.654	42.654
Constituição de reserva legal		-	2.133	-	-	(2.133)	-
Proposta de constituição de reserva de lucros retidos		-	-	30.391	-	(30.391)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(10.130)	(10.130)
Saldos em 31 dezembro 2025		151.433	2.133	30.391	-	-	183.957

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de renda e contribuição social	42.654	(2.830)	46.340	(791)
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:				
Depreciação	-	-	-	5
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	7.257	7.848
Encargos financeiros sobre debêntures	17.143	26.655	17.143	27.437
Provisão de contingências	-	-	(7)	1.415
Provisão para contrato oneroso	-	-	1.133	1.101
Receita do ativo contratual de concessão	-	-	(63.870)	(59.397)
Revisão tarifária periódica	-	-	(26.093)	-
Tributos indiretos diferidos	-	-	1.260	313
Resultado de equivalência patrimonial	(58.947)	(23.020)	-	-
Receitas financeiras	(1.241)	(1.029)	(2.708)	1.675
Outras adições	-	-	78	-
	(391)	(224)	(19.467)	(20.394)
Variações dos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes	-	-	(869)	(490)
Depósitos judiciais e cauções	-	-	43	15
Despesas antecipadas	-	-	-	22
Tributos a recuperar	(230)	34	(259)	538
Estoques	-	-	(316)	(771)
Ativo contratual de concessão	-	-	56.052	49.729
Outros ativos	16	(26)	116	(1.420)
Variações dos passivos operacionais				
Fornecedores	8	(17)	(20)	892
Obrigações tributárias	6	20	6	34
Outros passivos	-	(50)	494	(741)
Juros pagos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(10.536)	(10.339)	(17.930)	(26.284)
Pagamentos de contingências	-	-	-	(1.314)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(1.726)	(1.593)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(11.127)	(10.602)	16.124	(1.777)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aumento em investimentos (aportes em controladas)	-	(18.484)	-	-
Devolução de aportes em controladas	1.357	-	-	-
Recursos provenientes de dividendos recebidos	13.749	5.237	-	-
Aquisição de imobilizado	-	-	(801)	(2)
Movimentação de títulos e valores mobiliários	843	4.151	3.541	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	15.949	(9.096)	2.740	(2)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Aporte para aumento de capital	-	25.200	-	25.200
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	-	(5.445)	(5.692)
Pagamento de debêntures	(6.216)	(3.974)	(6.216)	(14.889)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(6.216)	21.226	(11.661)	4.619
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(1.394)	1.528	7.203	2.840
Variação em caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	1.529	1	9.011	6.171
No final do exercício	135	1.529	16.214	9.011
Variação em caixa e equivalentes de caixa	(1.394)	1.528	7.203	2.840

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A Parnaíba Transmissão e Participações S.A. (“Companhia”) é uma “holding”, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado e domiciliada no Brasil. A sede social da Companhia está localizada na Rua Olimpíadas, nº 205, 4º andar, conjunto 41, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo - SP. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo”). A participação societária da Companhia no capital social de suas controladas “SPEs” Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A, FS Transmissora de Energia Elétrica S.A e Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A é de 100%.

O Grupo está envolvido na prestação de serviço público de transmissão de energia, incluindo a construção, montagem, operação e manutenção das instalações de transmissão, atividade essas reguladas pelo poder concedente “União Federal”, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), entidade vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Em setembro de 2018, as Controladas assinaram com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), contrato de concessão, pelo prazo de 30 anos.

Resumo das concessões de transmissão

Empresa	FS	SIMÕES	COLINAS
Data de contrato	Set/18	Set/18	Set/18
Entrada em operação	Out/22	Jun/22	Jul/21
Valor da RAP atualizado 2025	15.976	28.247	10.544

1.2. Informações sobre as controladas

Controlada	Contrato de Concessão ANEEL nº	Prazo da concessão	Data de entrada em operação	Valor original da RAP	Índice de reajuste anual do contrato	Localização
Colinas	Nº 22/2018	21/09/2018 a 20/09/2048	23/07/2021	R\$7.200	IPCA	Tocantins
FS	Nº 17/2018	21/09/2018 a 20/09/2048	11/10/2022	R\$10.900	IPCA	Bahia
Simões	Nº 28/2018	21/09/2018 a 21/09/2048	23/06/2022	R\$9.350	IPCA	Piauí

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Informações sobre as controladas--Continuação

FS Transmissora de Energia Elétrica S.A. - Instalações de transmissão compostas pela subestação Feira de Santana iii 230/69-13,8 kv, 2 x 150 mva, conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, compensações capacitivas, transformadores de aterramento, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A. - Instalações de transmissão compostas pela SE Colinas 500/138kv - (6+1r) x 60mva; conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A. - Instalações de transmissão compostas pela linha de transmissão chapada i - chapada ii, em 230 kv, circuito simples, com extensão aproximada de 12 km, com origem na subestação chapada i e término na subestação chapada ii; pela linha de transmissão chapada ii - chapada iii, em 230 kv, circuito simples, com extensão aproximada de 18 km, com origem na subestação chapada ii e término na subestação chapada iii; pelo pátio novo em 138 kv na chapada i 230/138-13,8 kv, 2 x 200 mva; conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Reforço das instalações

Resolução n° 9.331

Em 13 de outubro de 2020, a ANEEL autorizou a controlada Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A., através da resolução autorizativa n° 9.331, substituída pela resolução n° 9.981 em 18 de maio de 2021, a implantar reforços nas instalações de transmissão sob sua responsabilidade, assim como estabeleceu os valores das correspondentes parcelas de Receita Anual Permitida - RAP e prazo de execução para estes reforços.

O escopo do reforço consiste na instalação de três autotransformadores monofásicos de 200MVA cada na tensão primária de 500kV, secundária de 230kV e terciária de 13,8kV, com possibilidade de inclusão de uma quarta unidade que ficará como reserva fria para as demais. A entrada em operação comercial do reforço ocorreu em 08 de agosto de 2023. Com a entrada em operação comercial do reforço foi incorporada uma RAP adicional no montante de R\$6.610 corrigida anualmente pelo IPCA no mês de julho de cada ano, sendo que no primeiro reajuste, a data de referência seria 01 de junho de 2020.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Informações sobre as controladas--Continuação

Reforço das instalações--Continuação

Resolução n° 11.410

Em 22 de março de 2022, a ANEEL autorizou a controlada Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A., através da resolução autorizativa n° 11.410, a implantar reforços nas instalações de transmissão sob sua responsabilidade, assim como estabeleceu os valores das correspondentes parcelas de Receita Anual Permitida - RAP e prazo de execução para estes reforços.

O escopo do reforço consiste na instalação de unidade Reserva de autotransformador Monofásico 500/230 kV-200 MVA. A entrada em operação comercial do reforço ocorreu em 08 de agosto de 2023. Com a entrada em operação comercial do reforço foi incorporada uma RAP adicional no montante de R\$1.508 corrigida anualmente pelo IPCA no mês de julho de cada ano, sendo que no primeiro reajuste, a data de referência seria 01 de junho de 2020.

Revisão tarifária

A ANEEL procederá a revisão da Receita Anual Permitida - RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato de concessão, utilizando uma metodologia de cálculo com base no custo de Capital de Terceiros.

Os índices de reposicionamento da revisão tarifária periódica praticados em julho/2024, conforme resolução 3343/2024 foram: Colinas Transmissora de 2,86%, FS Transmissora de 2,95% e Simões Transmissora 2,77% corresponde a receita básica e 5,02% das receitas de reforços (REA 12076/2022).

A próxima revisão tarifária das controladas está prevista para 01 de julho de 2029.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Informações sobre as controladas--Continuação

Prorrogação da concessão

A critério exclusivo do poder concedente e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo igual período, de acordo com o que dispõe o § 3º do art. 4º da Lei no 9.074, de 1995, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. O contrato de concessão prevê a indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no término do contrato de concessão, incluindo os eventuais investimentos incrementais não amortizados, consequentemente na configuração do plano de negócios ou no cálculo de ativo contratual, o Grupo não considerou nenhum valor residual a título de indenização ao término do contrato de concessão.

2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07 (R1) Evidenciação da Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na elaboração das suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão do Grupo.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração avaliou a capacidade do Grupo em continuar operando normalmente e está convencida de que não há incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando, uma vez que o principal credor da Companhia é atualmente seu acionista.

Os membros da Administração do Grupo examinaram o conjunto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e concluíram que as referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e as aprovam em 17 de abril de 2026.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas-- Continuação

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

2.3. Moeda funcional

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional do Grupo, os montantes apresentados foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota explicativa 6 - Ativo contratual da concessão: contabilização de contratos de concessão;
- Nota explicativa 12 - Provisão para contrato oneroso: contabilização da obrigação presente do contrato oneroso.
- Nota explicativa 13 - Tributos indiretos diferidos: constituição de passivo fiscal diferido;
- Nota explicativa 14 - Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos: constituição de IRPJ e CSLL diferido; e
- Nota explicativa 15 - Provisão para contingências: contabilização dos casos prováveis e divulgação dos possíveis;

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas-- Continuação

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

2.4.1. Estimativas e premissas

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, além da análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada. As estimativas significativas são revistas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente.

3. Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

3.1. Base de consolidação e investimento em controladas

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

O controle é obtido quando a Companhia está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

As controladas são consolidadas integralmente, a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas:

- Eliminação do patrimônio líquido das controladas;
- Eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e
- Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas Consolidados.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas empresas coincide com o da controladora.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

i) *Classificação e mensuração*

Conforme o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. O Grupo apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais—Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

ii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)*

Conforme o CPC 48 o modelo de “perdas esperadas” se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

iii) *Baixa de ativos financeiros*

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros estão descritos a seguir:

Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Passivos financeiros--Continuação

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço.

Debêntures

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço.

3.2.1. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e bancos, mensurados ao custo amortizado, e equivalentes de caixa, mensurados ao valor justo por meio do resultado, são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.3. Ativo contratual da concessão

O ativo contratual da concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir a infraestrutura de transmissão, uma vez que o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção, sendo mensurado de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato.

Mensalmente, à medida que o Grupo opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho tornar-se um contas a receber (ativo financeiro), mensurado de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, tendo em vista que o Grupo passa a ter direito incondicional ao recebimento.

O valor do ativo contratual da concessão é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que representa a contraprestação que o Grupo recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários, sendo estimados no início da concessão, ou na sua prorrogação. Este fluxo de recebimentos é: (i) remunerado pela taxa implícita entre 9,91% e 10,31% a.a. que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto; (ii) atualizado pelo IPCA; (iii) revisado a cada 5 (cinco) anos pelo poder concedente na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Adicionalmente, não há alteração da taxa implícita definida no início de cada projeto, qualquer alteração ocorrida no fluxo de recebimentos é reconhecida imediatamente no resultado. Os recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão.

3.3.1. Reconhecimento e mensuração de receita

As receitas provenientes da prestação de serviços são reconhecidas e mensuradas com base no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). O Grupo reconhece receita conforme descrito abaixo:

- (i) **Receita de construção:** a obrigação de desempenho referente a construção da infraestrutura é satisfeita ao longo do período de construção. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de construção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração do Grupo. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na construção são reconhecidos como custo de construção quando incorridos. Eventuais ganhos decorrentes de entrada em operação antecipada são reconhecidos ao final do período de construção.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.3. Ativo contratual da concessão--Continuação

3.3.1. Reconhecimento e mensuração de receita--Continuação

- (ii) Receita de remuneração do ativo contratual da concessão: refere-se a juros reconhecidos com base no método linear que são mensurados com base em uma taxa de remuneração sobre o saldo do ativo de contrato, que reflete uma transação de financiamento da construção da infraestrutura entre o Grupo e o Poder Concedente.
- (iii) Receita de operação e manutenção: seu reconhecimento tem início após o período de construção e entrada em operação da infraestrutura, à medida que a obrigação de operar e manter a disponibilidade da infraestrutura é cumprida. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de operação e manutenção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração do Grupo. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na operação e manutenção são reconhecidos como custo quando incorridos. Embora a receita seja reconhecida ao longo do tempo, o ciclo da receita de operação e manutenção é mensal.
- (iv) Parcela variável por atraso (PVA): O período de atraso na entrada em operação de novas FT a partir da zero hora do dia subsequente à data estabelecida será considerado como indisponibilidade por atraso na entrada em operação, resultando em desconto na RAP correspondente às funções de transmissão (FT) em atraso. O valor de desconto da PVA é apurado e divulgado pelo ONS, sendo calculado de acordo com os seguintes critérios:
 - O desconto na RAP somente incidirá sobre atraso de FT novas, sejam integrantes de concessões licitadas ou não.
 - O período de atraso será apurado em base mensal, limitado em 90 (noventa) dias para efeito de desconto.
 - O valor por dia de atraso nos primeiros 60 (sessenta) dias corresponderá a 25% (vinte e cinco por cento) do valor “pro rata-dia” do PB da FT.
 - O valor por dia de atraso no período entre o 61º (sexagésimo primeiro) dia e o 90º (nonagésimo) dia, corresponderá ao valor “pro rata-dia” do PB da FT.
 - O valor da PVA será descontado em parcelas iguais nos (18) dezoito primeiros meses a partir da consideração na apuração mensal de serviços e encargos da transmissão da entrada em operação comercial da FT.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.3. Ativo contratual da concessão--Continuação

3.3.1. Reconhecimento e mensuração de receita--Continuação

As receitas de construção e remuneração do ativo contratual da concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, no passivo não circulante.

3.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

3.5. Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. "Art. 202. Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto que é de 25%.

A Companhia ao auferir lucro poderá distribuir juros sobre capital próprio e dividendos intermediários, na forma e nos limites da legislação aplicável, somente com a devida aprovação de seus diretores.

3.6. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Provisões--Continuação

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

3.6.1. Provisão para contrato oneroso

Se o Grupo possui um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, o Grupo reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a esse contrato.

Um contrato oneroso como um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato e este é determinado com base: (a) no custo de cumprir o contrato; ou (b) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, dos dois, o menor. O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, os custos incrementais) e uma alocação de outros custos diretamente associados às atividades do contrato.

3.6.2. Provisões para contingências

As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo possui processos cujo prognóstico de perda provável e possível conforme demonstrado na nota explicativa 15.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Provisões--Continuação

3.6.3. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

3.7. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional do Grupo;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal do Grupo;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- O Grupo não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.8. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. O Grupo classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.9. Tributação

3.9.1. Tributos indiretos diferidos

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 3,65% das receitas de infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14. A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que o Grupo receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 3.3.

3.9.2. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos.

A Companhia apura seus tributos sobre o lucro pelo regime do lucro real. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. Neste regime, o imposto de renda é computado a uma alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R\$240, e a contribuição social a uma alíquota de 9%, sobre o lucro tributável, definido de acordo com a legislação tributária vigente, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.9. Tributação--Continuação

3.9.2. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia acumula prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social que gerariam ativos fiscais diferidos no montante de R\$123.039 (R\$116.302 em 31 de dezembro de 2024). Tais créditos não foram reconhecidos, tendo em vista que as operações da Companhia não têm expectativa de base tributável de resultados que garantam a realização.

As controladas apuram seus tributos sobre o lucro pelo regime do lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. Neste regime, o imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre a base de cálculo apurada a uma alíquota de presunção de 8% sobre as receitas operacionais acrescida do total de receitas não operacionais e financeiras do exercício, conforme legislação vigente. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo apurada a uma alíquota de presunção de 12% sobre as receitas operacionais acrescida do total de receitas não operacionais e financeiras do exercício, conforme legislação vigente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia.

O cálculo foi realizado utilizando o percentual de presunção de 8% e 12% e as alíquotas de 25% e 9% para o imposto de renda e contribuição social respectivamente e teve como base o saldo da rubrica de ativo contratual da concessão.

3.10. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.11. Pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações novas e revisadas

3.11.1. Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas e revisões as normas já existentes.

As alterações de normas para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2025 foram as seguintes:

- Alterações ao CPC 02 (R2) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis. As alterações introduzidas nessa norma, adicionou novos requisitos com o objetivo de auxiliar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista deve ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21, emitido pelo IASB estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade tivesse caráter temporário, com vigência 01/01/2025.
- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, com vigência: 01/01/2025.
- OCPC 10: Créditos de carbono (TCO2E), permissões de emissão (allowances) e Crédito de descarbonização (CBI), cujo objetivo é tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO2e) a serem observados pelas entidades garantindo que as informações financeiras sejam consistentes e que permitam a sua conexão com o relatório de sustentabilidade.

3.11.2. Pronunciamentos contábeis ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia não espera impactos relevantes decorrentes da adoção das referidas normas.

- IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros, com vigência: 01/01/2026.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.11. Pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações novas e revisadas--Continuação

3.11.2. Pronunciamentos contábeis ainda não vigentes--Continuação

- IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Essa norma dispõe sobre requerimentos relativos a liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de transferência eletrônica de caixa; esclarece e adiciona orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros, incluindo situações de ocorrência de um evento contingente, adiciona que a entidade deve avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança com características vinculadas a ASG ou ESG, com vigência 01/01/2026.
- Alterações ao IFRS 18 (CPC 51) Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis. Essa norma contábil substituirá o IAS 1 (CPC 26), introduzindo categorias definidas para todas as receitas e despesas, tais como: operacionais, de investimentos, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda com o intuito de fornecer informações mais relevantes e transparentes aos usuários tornando-se possível comparar o desempenho financeiro de entidades semelhantes, com vigência 01/01/2027.
- Alterações ao IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações, com vigência: 01/01/2027.

A Administração segue avaliando os possíveis impactos da adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras, especialmente na estrutura da demonstração do resultado, nos fluxos de caixa e aguardará as orientações do CPC quanto à aplicação deste pronunciamento.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	-	1	16	280
Aplicações financeiras (i)	135	1.528	16.198	8.731
Total	135	1.529	16.214	9.011

- (i) Consolidado: O saldo desse grupo é composto principalmente de aplicações financeiras de Certificados de Depósitos Bancários (CDBs). Em 2025, as aplicações tiveram uma taxa de remuneração de 99% a 100%(CDI) com uma taxa média de 14,2%. Em 2024, a taxa de remuneração foi de 75% a 98% (CDI) com uma taxa média de 9,37% ao ano.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Concessionárias e permissionárias (i)	6.125	5.257
CCT / DIT (ii)	1.660	1.659
Total	7.785	6.916

- (i) O Grupo não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa (PECLD), pois no caso de não pagamento, a própria, como agente de transmissão, poderá solicitar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.
- (ii) Refere-se a receita proveniente do acesso de outras concessionárias à suas linhas de transmissão mediante contrato CCT (Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão).

As contas a receber de clientes estão assim distribuídas por vencimento:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	6.880	6.659
Vencidos até 90 dias	261	188
Vencidos mais de 90 dias	644	69
Total	7.785	6.916

6. Ativo contratual da concessão

a) Consolidado

A taxa utilizada pelo Grupo para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Linhas de Transmissão	Descrição				
	Colinas	FS		Simões	
	Principal	Principal	Principal	Reforço 1	Reforço 2
Margem de construção	1,84%	2,78%	2,44%	2,44%	2,44%
Margem de operação e manutenção	63,83%	(71,12)%	50,99%	(46,13)%	128,44%
Taxa de remuneração	9,91%	9,91%	9,91%	10,31%	10,11%
Índice de correção dos contratos	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA
RAP Anual - Ciclo 2025-2026	10.544	15.976	13.680	10.886	1.855

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Ativo contratual da concessão--Continuação

a) Consolidado--Continuação

Movimentação dos saldos	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	511.660	501.992
Receita de operação e manutenção	13.313	12.603
Margem de operação e manutenção	(2.441)	(2.252)
Remuneração do ativo de contrato	50.376	48.478
Recebimento RAP	(56.053)	(49.729)
Revisão tarifária periódica (nota explicativa 20)	26.093	-
Outros	3.265	-
Provisão de PVA	-	568
Saldo final	546.213	511.660
Circulante	42.321	38.885
Não circulante	503.892	472.775

7. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Conta vinculada (i)	9.387	8.988	13.528	14.361
Total	9.387	8.988	13.528	14.361

(i) Controladora: Conta corrente vinculada ao Banco Fram Capital constituída para atender às cláusulas restritivas do contrato de debêntures, aplicados em LFT Selic com taxa de remuneração de 14,4% ao ano.

Consolidado: Conta corrente vinculada ao Banco do Nordeste do Brasil e Banco da Amazônia constituída para atender às cláusulas restritivas dos contratos de empréstimos das investidas Simões, Colinas e FS transmissora.

A taxa de remuneração do Banco da Amazônia em 31 de dezembro de 2025 é de 91% a 97,5% do CDI. (92% do CDI em 2024).

A taxa de remuneração do Banco do Nordeste do Brasil em 31 de dezembro de 2025 é de 98% do CDI. (98% do CDI em 2024).

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Investimentos

A composição e movimentação do investimento é como segue:

Composição do Investimento

Controladas	31/12/2025	31/12/2024
FS Transmissora de Energia Elétrica S.A.	75.148	65.906
Colinas Transmissora de Energia Elétrica S.A.	56.102	53.470
Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A.	199.314	174.689
Total	330.564	294.065

Movimentação do Investimento

	Colinas	FS	Simões	Total
Saldo em 31/12/2023	51.400	57.656	151.950	261.006
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	2.665	15.819	18.484
Reversão de dividendos	933	-	-	933
Dividendos declarados	(3.145)	-	(6.233)	(9.378)
Resultado de equivalência patrimonial	4.282	5.585	13.153	23.020
Saldo em 31/12/2024	53.470	65.906	174.689	294.065
Devolução de AFAC	-	(1.357)	-	(1.357)
Dividendos declarados	(3.836)	-	(17.255)	(21.091)
Resultado de equivalência patrimonial	6.468	10.599	41.880	58.947
Saldo em 31/12/2025	56.102	75.148	199.314	330.564

Demonstrações contábeis resumidas

A seguir encontram-se as principais informações financeiras das controladas:

	31/12/2025				31/12/2024			
	COLINAS	FS	SIMOES	Total	COLINAS	FS	SIMOES	Total
Ativo								
Circulante	10.134	23.897	35.092	69.123	10.737	18.127	27.192	56.056
Não circulante	85.303	174.211	249.109	508.623	83.144	171.486	223.990	478.620
Total do ativo	95.437	198.108	284.201	577.746	93.881	189.613	251.182	534.676
Passivo								
Circulante	3.936	8.470	16.845	29.251	3.302	7.284	8.188	18.774
Não circulante	35.399	114.490	68.042	217.931	37.109	116.423	68.305	221.837
Patrimônio líquido	56.102	75.148	199.314	330.564	53.470	65.906	174.689	294.065
Total do passivo	95.437	198.108	284.201	577.747	93.881	189.613	251.182	534.676
Resultado do exercício	6.468	10.599	41.880	58.947	4.282	5.585	13.153	23.020

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos e financiamentos

a) Consolidado

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	31/12/2025	31/12/2024	Vencimento	Periodicidade amortização	(Taxa efetiva de juros)
Simões - Empréstimo BNB	43.560	45.174	15/09/2040	Mensal	0,991% a.a.
Simões - Encargos financeiros sobre empréstimos	60	106			
FS - Empréstimo BNB	52.758	55.001	15/08/2042	Mensal	1,152% a.a. e 1,408% a.a.
FS - Encargos financeiros sobre empréstimos	78	134			
Colinas - Empréstimo Basa	31.155	32.746	15/07/2045	Mensal	IPCA + 0,01340% a.a.
Colinas - Encargos financeiros sobre empréstimos	51	84			
Total	127.662	133.245			

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	Despesa de juros	Pagamento de Principal	Pagamentos de Juros	31/12/2025
Empréstimo BNB (i)	100.413	5.387	(3.854)	(5.491)	96.455
Empréstimo Basa (ii)	32.831	1.870	(1.591)	(1.903)	31.207
	133.244	7.257	(5.445)	(7.394)	127.662
Total circulante	5.806				5.549
Total não circulante	127.438				122.113

	31/12/2023	Despesa de juros	Pagamento de Principal	Pagamentos de Juros	31/12/2024
Empréstimo BNB (i)	104.476	5.798	(4.101)	(5.760)	100.413
Empréstimo Basa (ii)	34.400	2.050	(1.591)	(2.028)	32.831
	138.876	7.848	(5.692)	(7.788)	133.244
Total circulante	5.955				5.806
Total não circulante	132.921				127.438

(i) Controlada Simões: A controlada realizou contrato de empréstimo junto ao Banco Nordeste, em maio de 2022, com vencimento em 15 de setembro de 2040 e composto de principal e juros (amortizados mensalmente). Sobre a dívida, incide a taxa de juros mensais, calculados através da taxa de juros dos fundos constitucionais -TFC, composta pelo fator de atualização monetária FAM e pelo componente prefixado TFC de 0,991% a.a.

Controlada FS: A controlada realizou contrato de empréstimo junto ao Banco Nordeste, na competência de 2022, composto de principal e juros, ambos amortizados mensalmente e com vencimento em 15 de agosto de 2042. Sobre a dívida, incide a taxa de de juros dos fundos constitucionais -TFC, apurada mensalmente, adicionalmente 1,152% e 1,408% ao ano.

Controlada Colinas: A controlada realizou contrato de empréstimo junto ao Banco Amazônia, em 26 de abril de 2022, composto de principal (com vencimento mensal a partir de agosto de 2023) e juros (amortizados mensalmente). Sobre a dívida, incide a taxa de juros mensais, calculados através da taxa de juros dos fundos constitucionais -TFC, composta pelo fator de atualização monetária IPCA e pelo componente prefixado TFC de 0,01340 a.a. de acordo com a Lei nº 10.177, de 2001.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos e financiamentos--Continuação

a) Consolidado--Continuação

Cronograma de amortização da dívida

Os empréstimos e financiamentos tem seu vencimento assim programado:

<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2025</u>
2027	5.397
2028	5.581
2029	5.575
2030	5.660
2031 a 2045	99.900
	122.113

Empréstimo - Banco do Nordeste do Brasil

Controlada Simões

Entre os meses de maio a dezembro de 2022, nos termos do contrato de financiamento por instrumento particular nº 187.2020.991.6274 celebrado entre a controlada Simões e o Banco do Nordeste do Brasil S.A, a controlada concluiu totalmente o processo de captação, totalizando a liberação de R\$49.567, sendo R\$44.611 no mês de maio de 2022 e R\$4.957 no mês de dezembro de 2022, com vencimento em setembro de 2040. Sobre a dívida incide a Taxa de juros de Juros dos Fundos Constitucionais -TFC, apurada mensalmente, composta pelo fator de atualização monetária FAM e pelo componente prefixado TFC de 0,991% ao ano.

Controlada FS

Entre os meses de junho a dezembro de 2022, nos termos do contrato de financiamento por instrumento particular nº187.2020.637.6127, celebrado entre a controlada FS e o Banco do Nordeste do Brasil- BNB, concluiu totalmente o processo de captação, totalizando a liberação de R\$61.278, sendo R\$28.548 em junho, R\$26.602 em julho e R\$6.128 em dezembro, com vencimento em agosto de 2042. Sobre a dívida, incide a taxa de juros dos fundos constitucionais - TFC, apurada mensalmente, adicionalmente 1,152% e 1,4081% aa. Sobre R\$39.304 e R\$21.975 respectivamente.

O pagamento do principal e os encargos financeiros são amortizados mensalmente.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos e financiamentos--Continuação

a) Consolidado--Continuação

Empréstimo - Banco do Nordeste do Brasil--Continuação

Controlada Simões

Garantias

Cláusula décima nona nos termos do contrato de financiamento por instrumento particular nº187.2020.991.6274:

Fiança bancária garantindo 100% do saldo devedor, mantida até a efetiva liquidação da operação, ou alternativamente, pelo prazo de um ano, com obrigatoriedade de renovação das fianças bancárias com antecedência mínima de 60 dias em relação ao seu vencimento. Caso a fiança bancária não seja renovada, o BNB poderá declarar o vencimento antecipado da dívida.

Parágrafo único: A Fiança poderá ser reduzida à cobertura de 15% (quinze por cento) do saldo devedor do financiamento, desde que atendida as seguintes condições: a) aumento do valor do Fundo de Liquidez constituído na Cláusula - Cessão fiduciária de fundo de liquidez em conta reserva, para R\$1.873 ou o equivalente a 3,78% do valor efetivamente desembolsado, mantido até a integral liquidação do financiamento, b) Conclusão física e financeira do projeto. Em 31 de dezembro de 2025 as controladas possuem valores mantidos como reserva em conta vinculada conforme demonstrado na nota explicativa 7.

Cláusulas restritivas

O contrato do empréstimo possui cláusulas restritivas “covenants” não financeiras de vencimento antecipado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

Garantias

Cláusula décima nona nos termos do contrato de financiamento por instrumento particular nº187.2020.637.6127:

Fiança bancária garantindo 100% do saldo devedor, mantida até a efetiva liquidação da operação, ou alternativamente, pelo prazo de um ano, com obrigatoriedade de renovação das fianças bancárias com antecedência mínima de 60 dias em relação ao seu vencimento. Caso a fiança bancária não seja renovada, o BNB poderá declarar o vencimento antecipado da dívida.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos e financiamentos--Continuação

a) Consolidado--Continuação

Empréstimo - Banco do Nordeste do Brasil--Continuação

Controlada FS--Continuação

Parágrafo único: A Fiança poderá ser reduzida à cobertura de 15% (quinze por cento) do saldo devedor do financiamento, desde que atendida as seguintes condições: a) aumento do valor do Fundo de Liquidez constituído na Cláusula - Cessão fiduciária de fundo de liquidez em conta reserva, para R\$2.194 ou o equivalente a 3,58% do valor efetivamente desembolsado, mantido até a integral liquidação do financiamento, b) Conclusão física e financeira do projeto. Em 31 de dezembro de 2025 as controladas possuem valores mantidos como reserva em conta vinculada conforme demonstrado na nota explicativa 7.

Cláusulas restritivas

O contrato do empréstimo possui cláusulas restritivas “covenants” não financeiras de vencimento antecipado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

Empréstimo Basa

Controlada Colinas

Em abril de 2022, nos termos do contrato de financiamento por instrumento participar nº127-121/0084-4, celebrado entre a investida e o banco BASA, foi concluído o processo de captação, por meio de CCB (Cédula de Crédito Bancário), com a liberação no montante de R\$35.000 e com vencimento em agosto de 2045. Sobre a dívida, incide a taxa de juros mensais, calculados através da taxa de juros dos fundos constitucionais -TFC, composta pelo fator de atualização monetária FAM e pelo componente prefixado TFC de 0,01340 a.a. Os encargos financeiros são amortizados mensalmente. Os recursos foram utilizados na liquidação das debêntures.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos e financiamentos--Continuação

a) Consolidado--Continuação

Empréstimo Basa--Continuação

Controlada Colinas--Continuação

Garantias

Cláusula nona da cédula de crédito bancário

- (a) Fiança bancária, garantindo 100% do crédito aberto.
- (b) Aval corporativo da acionista Parnaíba Transmissão e Participações S.A
- (c) Conta Reserva de Serviço da Dívida com saldo equivalente ao valor de, no mínimo, a soma de 6 (seis) parcelas vincendas de amortização de principal e encargos, cujo preenchimento deverá ser iniciado 6 (seis) meses antes da primeira amortização de principal (em agosto de 2023). Em 31 de dezembro de 2025 as controladas possuem valores mantidos como reserva em conta vinculada conforme demonstrado na nota explicativa 7.

Cláusulas restritivas

O contrato do empréstimo possui cláusulas restritivas “covenants” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado.

A Administração mantém o acompanhamento dos índices financeiros definidos na cláusula dezoito da cédula de crédito bancário, conforme segue:

- (a) A controlada Colinas obriga-se a realizar à conta de recursos próprios, as inversões correspondentes à diferença entre o custo global do Projeto e o montante do crédito aberto através deste contrato, bem como quaisquer excessos que se verifiquem na execução do Projeto financiado, desde que respeitado cumulativamente (i) que os recursos sejam destinados à cobertura de variações no Projeto, em relação ao Quadro de Usos e Fontes, em percentual de até a 10% (dez por cento) ;(ii) que não haja compartilhamento das garantias que serão constituídas em favor do BANCO; e (iii) não ocorra descumprimento do Índice de cobertura do Serviço da Dívida - ICSD mínimo de 1,3, a ser apurado após 12 (doze) meses de pagamento de principal, a ser verificada através das demonstrações contábeis consolidadas anuais auditadas.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Empréstimos e financiamentos--Continuação

a) Consolidado--Continuação

Empréstimo Basa--Continuação

Controlada Colinas--Continuação

- (b) A controlada Colinas obriga-se a apurar e informar ao Banco da Amazônia anualmente, até 30 (trinta) de junho de cada ano, ICSD, relativo ao exercício fiscal findo em 31 (trinta e um) de dezembro de ano anterior, com base nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas por auditor independente cadastrado na CVM. Esta obrigação se iniciou-se a partir do ano de 2024 referente ao exercício social encerrado em 31 (trinta e um) de dezembro de 2023 e perdurará durante todo o período de amortização do presente Contrato;
- (c) A controlada Colinas obriga-se a manter durante a vigência desta Cédula, o Índice de cobertura do Serviço da Dívida - ICSD mínimo de 1,3, apurados em balanço anual auditado a partir do pagamento de 12 (doze) parcelas de principal e juros da dívida, calculado na forma do parágrafo único desta Clausula;

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, todas as cláusulas restritivas foram cumpridas, e estes índices, estavam dentro dos limites estabelecidos no contrato de dívida.

10. Debêntures

Consolidado

As debêntures são compostas da seguinte forma:

Operação	31/12/2025	31/12/2024	Vencimento	Periodicidade e amortização	(Taxa efetiva de juros)
Parnaíba - 2ª Emissão	157.722	157.331	15/08/2043 (1ª e 2ª série)	Semestral	IPCA + 6,95%
Total	157.722	157.331			

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Debêntures--Continuação

Consolidado--Continuação

Cláusulas restritivas

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos índices financeiros definidos na escritura de emissão.

Para a 2ª emissão de debêntures, emitidas pela Companhia, realizam-se as apurações semestrais do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), devendo ser igual ou superior a 1,3x, com base nos resultados operacionais regulatórios.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

Garantias

Conforme Cláusula 3.8 da Escritura da 2ª emissão de debentures:

- (a) Alienação fiduciária de ações da emissora da emissora
- (b) Cessão fiduciária de direitos creditórios da emissora
- (c) Alienação fiduciária da Colinas
- (d) Cessão fiduciária de recebíveis da Colinas

Cronograma de amortização da dívida

As debêntures, classificadas no passivo de longo prazo, tem seu vencimento assim programado:

	<u>31/12/2025</u>
2027	6.925
2028	7.927
2029	8.973
2030	11.015
2031	11.053
2032 a 2043	101.337
	<u>147.230</u>

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Debêntures--Continuação

Consolidado--Continuação

Cronograma de amortização da dívida--Continuação

A movimentação da debênture está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	Despesa de Juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	31/12/2025
2ª Emissão de debêntures	157.331	17.143	(6.216)	(10.536)	157.722
Controladora	157.331	17.143	(6.216)	(10.536)	157.722
Consolidado	157.331	17.143	(6.216)	(10.536)	157.722
Total circulante	10.150				10.492
Total não circulante	147.181				147.230

	31/12/2023	Despesa de Juros	Pagamento de principal	Pagamento de encargos	31/12/2024
1ª Emissão de debêntures	157.980	8.984	(119.985)	(46.979)	-
2ª Emissão de debêntures	153.973	17.671	(3.979)	(10.339)	157.331
Controladora	311.953	26.655	(123.959)	(57.318)	157.331
1ª Emissão - Simões	15.086	648	(9.004)	(6.729)	-
1ª Emissão - FS	3.205	134	(1.911)	(1.428)	-
Consolidado	330.244	27.437	(134.874)	(65.476)	157.331
Total circulante	184.090				10.150
Total não circulante	146.154				147.181

Entre junho e agosto de 2021 as investidas, concluíram a 1ª emissão de debêntures, com a emissão de 185.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, sendo R\$185.000, atualizadas pela taxa DI (Depósito Interbancário) + 7,0% a.a, com vencimento em 24 de março de 2024.

Os recursos líquidos obtidos pelas investidas, foram integralmente aplicados no financiamento dos projetos de construção, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica localizadas nos Estados da Bahia e Piauí.

Em 2024, a Companhia quitou as debêntures das investidas FS Transmissora e Simões Transmissora, liquidando as captações das controladas através de aporte de valores de adiantamento para futuro aumento de capital. Adicionalmente, na Controladora as debêntures da 1ª emissão foram liquidadas mediante a conversão da totalidade das 553 (quinhentas e cinquenta e três) debêntures da 1ª série e das 550 (quinhentas e cinquenta) debêntures da 2ª série em aumento de capital social da Companhia.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Debêntures--Continuação

Consolidado--Continuação

Cronograma de amortização da dívida--Continuação

Em agosto de 2021, a Controladora emitiu instrumento particular de escritura da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, para distribuição pública, formadas por duas séries, totalizando 108.648 debêntures, sendo R\$108.648, atualizadas pelo IPCA + 6,951%, com pagamentos semestrais de juros e principal, e vencimento em 15 de agosto de 2043.

11. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas refletindo a posição de dividendos a receber estão a seguir:

	Colinas	Simões	31/12/2025	31/12/2024
Dividendos a receber	1.536	9.946	11.482	4.141
	1.536	9.946	11.482	4.141

	Órion Transmissão	31/12/2025	31/12/2024
Dividendos a pagar	10.129	10.129	-
	10.129	10.129	-

Remuneração da Administração

Não houve no ano corrente remuneração da Administração, Diretores e membros do Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não tinha contratos em aberto e não realizou outras operações envolvendo outras partes relacionadas.

12. Provisão para contrato oneroso

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	64.728	63.627
Remuneração	6.614	5.742
Realização	(5.481)	(4.641)
Saldo final	65.861	64.728
Circulante	5.700	5.175
Não circulante	60.161	59.553

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Tributos indiretos diferidos

a) Consolidado

Correspondem aos tributos diferidos do PIS e COFINS calculados mediante à aplicação da alíquota de 3,65% sobre os valores de receitas do ativo de contrato, tais como: receita de implementação da infraestrutura e receita de remuneração do ativo da concessão que serão revertidos quando a companhia reconhece a RAP (receita anual permitida).

Reforma tributária

Em dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023 que introduziu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente, regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025. Nesse novo modelo, os tributos PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI serão substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal, e ainda pelo Imposto Seletivo (IS) que assumirá função regulatória, incidindo sobre bens e serviços específicos.

A vigência plena está prevista para 2033, com fase de transição entre 2026 e 2032.

Potenciais impactos contábeis como reflexo das alterações a serem trazidas pela Reforma tributária, podem incluir:

Impostos indiretos acumulados a recuperar: tributos sobre o consumo (descontinuidade do PIS e da COFINS a partir de janeiro de 2027, redução gradual do ICMS a partir de 2028 até 2033 e do ISS), serão substituídos por novos impostos (IBS) e contribuições (CBS).

Consequentemente, a recuperação destes impostos e o prazo de recuperação podem ser impactados.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Movimentação do ativo contratual da concessão	61.248	9.665
(+) Provisão PVA	3.238	(584)
(+) DIT	(4.875)	(1.380)
(+) Receita anual permitida - PA	(50.848)	1.394
(+) Revisão tarifária periódica	26.093	-
(-) Outras movimentações	(303)	(101)
Total	34.553	8.995
Alíquota vigente	3,65%	3,65%
Total tributos indiretos diferidos	1.261	328

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Tributos indiretos diferidos--Continuação

a) Consolidado--Continuação

Reforma tributária--Continuação

A movimentação dos tributos indiretos diferidos está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial tributos indiretos diferidos	18.733	18.405
Impostos calculados no ano	1.261	328
Saldo final tributos indiretos diferidos	19.994	18.733
Circulante	1.543	-
Não circulante	18.451	18.733

14. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro real na controladora e lucro presumido nas controladas, conforme segue:

Lucro Presumido - Controladas	31/12/2025	31/12/2024
RAP Faturada	56.053	51.258
Base presunção IRPJ 8%	4.484	4.101
Base presunção CSLL 12%	6.726	6.151
Receitas financeiras	1.466	646
IRPJ		
Base de IRPJ lucro presumido	5.950	4.748
IRPJ calculado no ano	(1.414)	(1.142)
Despesa de IRPJ - Lucro presumido	(1.414)	(1.142)
CSLL		
Base de CSLL lucro presumido	8.192	6.798
CSLL calculado no ano	(735)	(624)
Despesa de CSLL - Lucro presumido	(735)	(624)

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido-- Continuação

Lucro Real - Controladora	31/12/2025	31/12/2024
(+) Resultado de equivalência patrimonial	58.947	23.020
(-) Despesas gerais e administrativas	(188)	(99)
(+/-) Outras despesas e receitas operacionais	5	-
(+) Receitas financeiras	1.241	1.029
(-) Despesas financeiras	(17.351)	(26.780)
Lucro/prejuízo contábil	42.654	(2.830)
(+) Adições	-	-
(-) Exclusões	(58.947)	(23.020)
Lucro antes das compensações	(16.293)	(25.850)
Compensações	-	-
Despesa de IRPJ/CSLL Lucro real	-	-
Movimentação do ativo contratual	61.248	9.557
(+) Provisão PVA	3.238	(584)
(+) CCT/DIT	(4.875)	(1.380)
(-) Receita anual permitida	(50.848)	1.394
(+) RAP projetada x realizada	2.622	-
(+) Reajuste tarifário anual e revisão tarifária periódica	26.093	-
(-) Outras movimentações	(2.925)	-
	34.553	8.987
Base presunção IRPJ 8% ativo de contrato	2.764	719
Base presunção CSLL 12% ativo de contrato	4.146	1.079
IRPJ		
Base de IRPJ lucro presumido ativo de contrato	2.764	719
Despesa de IRPJ diferido	(691)	(177)
Despesa de IRPJ diferido (majoração alíquota 8,8%)	(473)	-
	(1.164)	(177)
Base de CSLL lucro presumido ativo de contrato	4.146	1.079
Despesa de CSLL diferido	(373)	(96)
	(1.164)	(177)
Total de despesas IRPJ/CSLL - corrente	(2.149)	(1.766)
Total de despesas IRPJ/CSLL - diferidos	(1.537)	(273)

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido-- Continuação

14.1. Imposto de renda e contribuição social a pagar

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial dos impostos a pagar	545	374
Impostos calculados no ano	2.149	1.766
Impostos deduzidos	(148)	(17)
Impostos pagos	(1.726)	(1.578)
Saldo final dos impostos a pagar	820	545

14.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Despesa de IRPJ e CSLL

A movimentação de IRPJ e CSLL está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial dos impostos diferidos	15.788	15.530
Impostos calculados no ano	1.064	258
Impacto da majoração das alíquotas (i)	473	-
Saldo final dos impostos diferidos	17.325	15.788

(i) Majoração da alíquota de 10% no regime de lucro presumido, conforme lei complementar 224/2025.

15. Provisão para contingências

a) Controladora

Em 31 de dezembro de 2025, a controladora não possui processos cujo prognóstico de perda seja provável ou possível.

b) Consolidado

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constantes do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para contingências--Continuação

b) Consolidado--Continuação

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial provisão para contingências	325	224
Provisão para contingências	-	1.475
Baixa/Reversão	(7)	(1.374)
Saldo final provisão para contingências	318	325

Em 31 de dezembro de 2025 a FS possui (3) três processos cujo prognóstico de perda está avaliado como possível no montante total de R\$128. Esses processos são dois de natureza cível e um trabalhista. Adicionalmente, a controlada Simões possuem (3) três processos avaliados como perda possível no valor de R\$4 de natureza cível.

Em 31 de dezembro de 2025, a controlada Colinas não possui processos cujo prognóstico de perda seja provável ou possível.

Depósitos judiciais

FS Transmissora de Energia Elétrica S.A.

A Companhia possui processos relacionados à indenização cíveis e trabalhistas, parte desses processos possuem depósito em juízo.

	31/12/2025	31/12/2024
Cível	160	160
Trabalhista	6	43
Total	166	203

Simões Transmissora de Energia Elétrica S.A

A Companhia possui processos relacionados a indenizações cíveis, parte desses processos possuem depósito em juízo.

	31/12/2025	31/12/2024
Cível	-	4
Total	-	4

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2025 é de R\$151.433 (31 de dezembro de 2024 R\$230.736) e está representado por 151.433.410 (31 de dezembro de 2024 230.735.632) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, detidas integralmente pela Órion Transmissão S.A.

	31/12/2025			31/12/2024		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
Orion Transmissão S.A.	151.433.410	151.433	100%	230.735.632	230.736	100%
	151.433.410	151.433	100%	230.735.632	230.736	100%

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de maio de 2024 foi deliberado o aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$166.964, mediante a emissão de 166.963.816 (cento e sessenta e seis milhões, novecentas e noventa e três mil, oitocentas e dezesseis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ("Novas Ações"), ao preço de R\$1,00 por ação, mediante a conversão das debêntures.

Desta forma, a Companhia encerrou o exercício de 2024 com o valor de R\$230.736 na rubrica de capital subscrito e integralizado.

Em 26 de agosto de 2025, a Órion Transmissão S.A. adquiriu a totalidade das ações da empresa Parnaíba Transmissão & Participações S.A, até então, detida pelo Fundo XP INFRA II. Fundo detentor do 100% do capital social da Orion Transmissão S.A.

Em 30 de dezembro de 2025 houve redução de capital social no valor de R\$79.303, com o cancelamento de 79.302.222 (setenta e nove milhões, trezentas e duas mil, duzentas e vinte e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, para absorção de prejuízos acumulados em conformidade com o disposto no art. 173 da Lei nº 6.404/76 Lei das SAs.

Desta forma, a Companhia encerrou o exercício de 2025 com o valor de R\$151.433 na rubrica de capital subscrito e integralizado.

Reserva Legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido--Continuação

Reserva Legal--Continuação

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	42.654	-
Reserva legal 5%	2.133	-
<i>Movimentação da reserva legal</i>		
Saldo inicial da reserva legal	-	-
Reserva legal do ano	2.133	-
Saldo final da reserva legal	2.133	-

A Companhia não constituiu reserva legal em 31 de dezembro de 2024 pelo fato de ter apresentado prejuízo naquele exercício.

Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. O saldo remanescente terá destinação deliberada em Assembleia Geral.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	42.654	-
Reserva legal (5%)	(2.133)	-
Base para dividendos	40.521	-
Alíquota	25%	-
Dividendos mínimos obrigatórios	10.130	-

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia auferiu lucro (prejuízo em 31 de dezembro de 2024) e, de acordo com o divulgado e estabelecido no estatuto social da Companhia, "do saldo, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento de dividendo mínimo obrigatório.

Reserva de lucros retidos

Essa reserva é constituída com saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas; O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei nº 6.404/76.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido--Continuação

Reserva de lucros retidos--Continuação

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	42.654	-
Reserva legal 5%	(2.133)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	(10.130)	-
Reserva de lucros retidos	30.391	-
Saldo inicial da Reserva de lucros retidos	-	-
Constituição de reservas de lucros retidos	30.391	-
Saldo final da reserva de lucros retidos	30.391	-

No exercício de 2025 a reservas de lucros retidos totalizaram R\$30.391. Em 2024, não houve a constituição de reservas de lucros, pois a Companhia apresentou prejuízo.

17. Receita operacional líquida

Os valores são demonstrados como segue:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita de remuneração do ativo contratual da concessão	50.376	48.478
Receita de operação e manutenção	13.313	12.603
Margem de operação e manutenção	(2.441)	(2.252)
Outros	2.545	1.850
Receita operacional bruta	63.793	60.679
Encargos do consumidor	(750)	(712)
Encargos e multas regulatórias	-	585
Tributos indiretos sobre o faturamento	(2.046)	(1.901)
Tributos indiretos diferidos	(1.260)	(313)
Total de deduções da receita	(4.056)	(2.341)
Total	59.737	58.338

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Custos dos bens construídos e serviços prestados

Os valores são demonstrados como segue:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Custo com materiais	(226)	(335)
Custo com serviços tomados de terceiros	(7.546)	(9.729)
Custo com energia elétrica	(409)	(170)
Custo arrendamentos e aluguéis	(74)	(962)
Custo com seguro	(488)	(331)
Custo com impostos e taxas	(1)	-
Custo com provisão para contingências (i)	7	(1.600)
Provisão para contrato oneroso	(1.133)	(1.110)
Demais custos	(524)	(346)
Total	(10.394)	(14.583)

- (i) Refere-se a acordos trabalhistas realizados durante o exercício de 2024, decorrentes de processos atrelados a construção das linhas de transmissão, principalmente na controlada FS de R\$1.412 e R\$188 na empresa Colinas decorrente da movimentação de contingências de natureza cível.

19. Despesas gerais e administrativas

Os valores são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesa com pessoal	-	-	(885)	(441)
Despesas com materiais	(6)	(3)	(7)	(5)
Serviços tomados de terceiros	(141)	(137)	(2.131)	(2.306)
Arrendamentos e aluguéis	-	-	(74)	(28)
Despesa com seguros	(30)	-	(30)	(21)
Despesa com impostos e taxas	-	(18)	(3)	(137)
Despesa com depreciação	-	-	-	(5)
Outras despesas gerais e administrativas	(11)	59	(60)	(126)
Total	(188)	(99)	(3.190)	(3.069)

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Outras receitas operacionais

Os valores são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita de revisão tarifária periódica (RTP)	-	-	26.093	-
Outras receitas	5	-	5	-
Total	5	-	26.098	-

A controlada Simões, em conjunto com outras concessionárias de transmissão de energia elétrica, apresentou pedido de reconsideração em face da Resolução Homologatória nº 3.343, de 9 de julho de 2024, que aprovou o resultado das Revisões Periódicas da Receita Anual Permitida (RAP) dos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica, relativos aos empreendimentos licitados com data-base de revisão em julho de 2024.

Em decorrência desse processo, as parcelas de receita da controlada Simões referentes aos reforços implantados em suas instalações foram revisadas ao longo do exercício de 2025 e acatadas pela ANEEL após a conclusão do processo de fiscalização, conforme publicado em 1 de abril de 2025. Como resultado da revisão, foi reconhecido o montante de R\$ 24.637, o qual gerou impacto positivo no resultado do exercício.

Ato da RAP	Descrição	Valor
CC 028/2018	Capex inicial	528
REA 9331/2020	Reforço 1	23.827
REA 11410/2022	Reforço 2	282
Total		24.637

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Resultado financeiro

Os valores são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	(17.143)	(26.655)	(24.400)	(35.285)
Multa e acréscimos moratórios	(1)	(1)	(20)	(342)
IOF, comissões e taxas	-	-	(3.454)	(4.031)
Serviços bancários, garantias e fianças	(1)	(48)	(310)	(3.020)
Outras despesas financeiras	(206)	(76)	(434)	(474)
Despesas financeiras	(17.351)	(26.780)	(28.618)	(43.152)
Receita com aplicação financeira	1.240	993	2.621	1.646
Outras receitas financeiras	1	36	86	29
Receitas financeiras	1.241	1.029	2.707	1.675
Resultado financeiro, líquido	(16.110)	(25.751)	(25.911)	(41.477)

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

		Controladora		Consolidado	
	Nível	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado					
Aplicações financeiras	2	135	1.528	16.198	8.731
Títulos e valores mobiliários	2	9.387	8.988	13.528	14.361
Ativos mensurados pelo custo amortizado					
Caixa e bancos		-	1	16	280
Contas a receber de clientes		-	-	7.785	6.916
Passivo mensurados pelo custo amortizado					
Fornecedores		34	25	1.249	1.269
Empréstimos e financiamentos		-	-	127.662	133.244
Debêntures		157.722	157.331	157.722	157.331
Dividendos a pagar		10.129	-	10.129	-
Outros passivos		5	3	1.255	1.867

A administração dos instrumentos financeiros do Grupo é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle do Grupo é previamente aprovada pela Administração.

O Grupo classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Instrumentos Financeiros:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

Os instrumentos financeiros do Grupo, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual.

22.1. Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez, risco de taxas de juros, risco operacional e risco de capital.

Risco de crédito

Esse risco é oriundo da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. O Grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de liquidez

É o risco de o Grupo não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração do Grupo por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento do Grupo.

Risco de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado.

Apesar de o Grupo efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

22.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

Risco operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias. O Grupo tem como objetivo a manutenção e constante atualização de seus processos, minimizando, assim, os riscos operacionais e consequentemente reduzindo os eventuais impactos no fluxo financeiro, e danos à sua reputação buscando eficácia de custos para evitar qualquer restrição operacional.

Risco de capital

O Grupo administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

22.2. Gestão do capital

O Grupo utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, o Grupo monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas.

23. Seguros

O grupo mantém a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros contratados estão demonstrados a seguir:

a) Controlada FS

	Modalidade	Importância segurada	Período de Vigência
Pottencial Seguradora	Seguro Garantia	1.676	17 de março de 2026 até 15 de junho 2026
Tokio Marine Seguradora	Riscos operacionais	32.366	06 de julho de 2025 até 06 de julho de 2027
Fator Seguradora	Risco civil	10.000	07 de novembro de 2025 até 07 de novembro de 2026

Parnaíba Transmissão e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Seguros--Continuação

b) Controlada Colinas

	Modalidade	Importância segurada	Período de vigência
Pottencial Seguradora	Seguro Garantia	558	17 de dezembro de 2025 até 17 de março de 2026
Fator Seguradora	Risco Civil	10.000	07 de novembro de 2025 até 07 de novembro de 2026
Tokio Marine Seguradora	Riscos Operacionais	45.325	06 de julho de 2025 até 06 de julho de 2027

c) Controlada Simões

	Modalidade	Importância segurada	Período de vigência
Tokio Marine Seguradora	Riscos operacionais	220.112	06 de julho de 2025 até 06 de julho de 2027
Fator Seguradora	Risco Civil	10.000	07 novembro de 2025 a 07 de novembro de 2026

Diretoria

Paulo André Garcia de Souza
Diretor

Carlos Eduardo Zarzur
Diretor

Responsável técnico pelas demonstrações contábeis

Iran Oliveira Reis
Contador CRC SP 204136